



FRENTE EM DEFESA DO ORÇAMENTO PÚBLICO

DIANTE DAS EMENDAS PARLAMENTARES

MANIFESTO

As emendas parlamentares, inicialmente criadas para serem um instrumento limitado e complementar ao planejamento do Estado — representando cerca de 3% a 4% das despesas discricionárias — transformaram-se, nos últimos anos, em um sistema que hoje se apropria de mais de 25% desses recursos, movimentando dezenas de bilhões de reais sob controle direto de interesses parlamentares e passa a capturar parte significativa do Orçamento Público brasileiro.

Consolidou-se um modelo marcado pela fragmentação do Orçamento, pela distribuição pulverizada e desordenada de recursos, pela ausência de planejamento, pela falta de transparência e uso político-eleitoral do dinheiro público e pelo enfraquecimento dos partidos políticos, dominados por relações personalistas e clientelistas. Essa expansão e destinação descontroladas distorcem o funcionamento do Estado e comprometem a democracia.

Por conta dessas emendas, as políticas públicas ficam desarticuladas, as prioridades nacionais se distorcem, a atuação parlamentar se descaracteriza e os recursos deixam de atender, de maneira justa, o combate às desigualdades sociais do país, servindo a interesses de ocasião em lugar de atender às demandas das populações necessitadas.

Trata-se de um sistema que sequestra o Orçamento Público e subverte sua função constitucional — a de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades inter-regionais (arts. 3º, III, e 165, §7º, da CF) —, transformando em regra um modelo de execução impositiva que compromete o planejamento estatal e viola o princípio da separação dos Poderes.

O Orçamento Público é formado pelos impostos pagos pela população. É justo, portanto, que a sociedade participe da definição e do controle de sua aplicação.

É nesse contexto que nasce a Frente em Defesa do Orçamento Público diante das Emendas Parlamentares, reunindo entidades da sociedade civil, movimentos sociais, organizações acadêmicas e

sindicais comprometidas com a defesa do interesse público.

A Frente – integrada, hoje, por 25 entidades – se constitui a partir de um ponto comum: a rejeição ao modelo atual de emendas parlamentares e às distorções que ele produz. Afirma-se como um espaço plural, aberto à construção de caminhos que resgatem o Orçamento Público como instrumento de planejamento e definição das políticas públicas e defende que os governos, ao aplicarem os recursos, obedeçam a mecanismos de transparência e controle social, com fiscalização efetiva dos órgãos competentes. Nesse sentido, destaca e apoia a decisão do Ministro Flávio Dino, do STF, que adotou medidas rigorosas em relação às emendas parlamentares, com foco na transparência, na rastreabilidade e na moralidade da aplicação dos recursos públicos.

Propõe-se a atuar de forma articulada em três dimensões complementares:

- na incidência jurídica, acompanhando e contribuindo com ações que discutam a constitucionalidade do modelo atual;
- na formulação e defesa de propostas legislativas, voltadas à recomposição do Orçamento Público como instrumento de planejamento e promoção do interesse público;
- no apoio à participação popular e ao controle social, defendendo mecanismos que assegurem à sociedade maior poder de decisão sobre as prioridades orçamentárias e que sustentem a exigência do respeito aos direitos sociais, superando a lógica de captura e fragmentação hoje vigente.

A Frente se propõe, ainda, a aprofundar o estudo do tema para se consolidar como espaço permanente de denúncia, de formação e qualificação do debate em diferentes locais. Entende que não se trata, apenas, de questões de caráter técnico, mas de uma disputa sobre o destino dos recursos públicos e sobre o respeito às regras constitucionais que definem as competências de cada Poder — condição indispensável para a democracia e para a efetividade dos direitos sociais.

Defender o Orçamento Público é defender a democracia.



FRENTE EM DEFESA DO ORÇAMENTO PÚBLICO DIANTE DAS EMENDAS PARLAMENTARES

ENTIDADES QUE INTEGRAM ESSA FRENTE

- ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
- ACESSO - Acesso Cidadania e Direitos Humanos
- ADUFRGS-Sindical - Sindicato Intermunicipal das Instituições Federais de Ensino Superior do RS
- AJURD - Associação de Juristas pela Democracia
- AMPD - Associação Mães e Pais pela Democracia
- Associação Juízas e Juizes para a Democracia
- ATEMPA - Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre
- CEAPE - Sindicato de Auditores de Controle Externos do TCE/RS
- CIDADANIA - Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão
- Comitê pela Democracia e pelo Estado Democrático de Direito
- Comitê Popular Esperançar
- CPERS - Centro de Professores do Estado do RS
- CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- CUT - Central Única dos Trabalhadores/RS
- Fórum Social das Periferias de Porto Alegre
- INP - Instituto Novos Paradigmas
- IJF - Instituto Justiça Fiscal
- RENAP - Rede Nacional de Advogados Populares
- SAERGS - Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do RS
- SIMPA - Sindicato dos Municipários de Porto Alegre
- SINDIJUS - Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do RS
- SINPRO - Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul
- SINTRAJUFE - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União
- Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Federais do RS
- UFRGS/Conexões UFRGS – Comunidades

JUNTE-SE A NÓS!

